

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Economia

Dissertação de Mestrado em Sociologia

"As Sociedades Nacionais perante os Processos de Globalização"

UNIÃO EUROPEIA: CIDADANIA E IMIGRAÇÃO



Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva

Novembro de 2000 - Coimbra

RESUMO

A União Europeia tem como objectivo estabelecer uma união mais estreita entre os povos europeus e realizar um espaço sem fronteiras internas que garanta a livre circulação de pessoas, de capitais, de serviços e de bens. Das quatro liberdades, a livre circulação de pessoas tem sido a mais difícil de implementar, encontrando-se “simbolicamente agarrada” às fronteiras nacionais. O controlo das fronteiras e da imigração de origem de países terceiros revela das competências exclusivas dos Estados membros, contudo estes últimos não têm conseguido dar, individualmente, uma resposta satisfatória às tensões suscitadas no campo das relações internacionais pela liberdade de circulação. A integração da União Europeia supõe que os Estados membros aceitem partilhar diferentes prerrogativas por forma a que se defina um regime jurídico migratório comunitário que integre os nacionais de países terceiros.

O regime jurídico migratório dos nacionais comunitários, fundado na livre circulação e igualdade de tratamento, apresenta uma primeira resposta a esta questão e permite especificar os contornos e perspectivas da cidadania europeia – uma cidadania que pretende colocar os nacionais dos Estados membros em condições de maior igualdade, alargando e “constitucionalizando” um conjunto de matérias relativamente às quais, apesar das diferenças económicas, sociais e culturais, não é permitida a diferenciação entre cidadãos. Mas, esta noção de cidadania enunciada no Tratado da União Europeia, e que tem como pressuposto a nacionalidade dos Estados membros, possui o efeito de excluir desta categoria os nacionais de países terceiros, ainda que residam no território comunitário.

O objecto do presente trabalho é o de esclarecer e dar algum contributo a este debate que tem vindo a originar importantes discussões nos meios políticos, científicos e na opinião pública em geral.

O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte, abordamos a importância das migrações internacionais no espaço da Europa Comunitária e as diferentes transformações que ocorreram ao longo dos tempos. Este estudo permitirá compreender as posições adoptadas pelos Estados membros no âmbito dos diferentes contextos históricos que a Comunidade Europeia viveu. Na segunda parte, debatemos a questão da livre circulação de pessoas no contexto da União Europeia. Através de uma análise dos diferentes Tratados, desde Roma a Amesterdão, pretendemos distinguir as questões que são decididas a nível intergovernamental e as que se encontram já no âmbito supranacional. Na terceira parte analisamos os diferentes critérios utilizados pelos Estados membros na atribuição da nacionalidade, dada a subordinação da cidadania europeia às Quinze nacionalidades comunitárias. Por fim, abordamos os direitos que a cidadania europeia outorga aos nacionais comunitários, representando um primeiro resultado da construção de uma Europa política.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

<i>RESUMO</i>	ii
<i>ABSTRACT</i>	iii
<i>RÉSUMÉ</i>	iv
ÍNDICE DE MATÉRIAS	V
ÍNDICE DE QUADROS	VII
LISTA DAS ABREVIATURAS UTILIZADAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
1^a PARTE: NAÇÕES-ESTADO E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	8
CAPÍTULO I – MIGRAÇÕES E DIREITO À MOBILIDADE	9
1. TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS	11
2. MIGRAÇÕES INTERNAS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	13
3. ENQUADRAMENTO DISCIPLINAR DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	16
4. EM DIRECÇÃO A UMA PERSPECTIVA PLURIDISCIPLINAR	22
CAPÍTULO II - MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO EUROPEU	25
1. A EUROPA COMO ORIGEM DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	26
2. A EUROPA E AS MIGRAÇÕES INTRA-EUROPEIAS.....	30
3. A EUROPA COMO DESTINO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	33
2^a PARTE: A LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO E A UNIÃO EUROPEIA	38
CAPÍTULO I - O TRATADO DE ROMA OU O TEMPO DO "HOMO AECONOMICUS EUROPAEUS"	41
1. A FINALIDADE ECONÓMICA DA LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS.....	42
2. DIREITO DE ESTABELECIMENTO E LIVRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	44
CAPÍTULO II - O MERCADO INTERNO E O ACTO ÚNICO EUROPEU	47
1. O MERCADO INTERNO	47
2. O ACTO ÚNICO – A SUPRESSÃO DAS FRONTEIRAS ADUANEIRAS E AS DIRECTIVAS RELATIVAS AO DIREITO DE PERMANÊNCIA GENERALIZADO	48
2.1 <i>O artigo 7-A do Tratado e o desmantelamento das fronteiras internas</i>	48
2.2 <i>As Três Directivas</i>	49
CAPÍTULO III - ACORDO DE SCHENGEN E CONVENÇÃO DE APLICAÇÃO	52

1. LIVRE CIRCULAÇÃO	57
2. CONDIÇÕES DE ENTRADA NO ESPAÇO SCHENGEN	61
3. EMISSÃO DE VISTOS	61
4. MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO	66
5. PEDIDOS DE ASILO	67
<i>5.1.1 Convenção de Dublin.....</i>	<i>69</i>
5.1.1. Relação com os Tratados das Comunidades Europeias	72
6. COOPERAÇÃO POLICIAL	73
7. ENTREAJUDA JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL	75
8. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SCHENGEN	76
9. PROTECÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO SIS.....	77
10. O COMITÉ EXECUTIVO	79
11. BALANÇO E PERSPECTIVAS DE REFORMAS DA CONVENÇÃO DE APLICAÇÃO	81
CAPÍTULO IV - O TRATADO DE MAASTRICHT	83
1. A ORIGINALIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO TRATADO DE MAASTRICHT	85
CAPÍTULO V – TRATADO DE AMESTERDÃO.....	90
1. O TA E AS NOVAS DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO, ASILO E JUSTIÇA	91
2. O PROTOCOLO SCHENGEN	92
3. SCHENGEN NA UE – RISCOS E OPORTUNIDADES.....	94
CAPÍTULO VI - IMIGRAÇÃO E UNIÃO EUROPEIA: COOPERAÇÃO OU INTEGRAÇÃO? 100	
3º PARTE: CIDADANIA DA UNIÃO OU O PRINCÍPIO DA SOBERANIA NACIONAL.....	105
CAPÍTULO I - NACIONALIDADE E CIDADANIA.....	111
1. PARTICULARISMOS NACIONAIS – 15 ESTADOS, 15 NACIONALIDADES.....	112
<i>1.1 Atribuição da Nacionalidade.....</i>	<i>113</i>
1.1.1 Primazia do jus sanguinis	113
1.1.2. “Jus sanguinis moderado”	115
1.1.3. Primazia do jus soli	116
<i>1.2. Aquisição da Nacionalidade por Naturalização</i>	<i>117</i>
<i>1.3. Dupla Nacionalidade</i>	<i>120</i>
2. QUE CONVERGÊNCIA?	123
CAPÍTULO II - DIREITOS DOS CIDADÃOS COMUNITÁRIOS.....	129
1. O DIREITO À LIVRE CIRCULAÇÃO E À RESIDÊNCIA	130
2. O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO LOCAL DE RESIDÊNCIA.....	132
<i>2.1. Nas eleições municipais</i>	<i>132</i>
<i>2.2. Nas eleições do Parlamento Europeu.....</i>	<i>134</i>
3. DIREITO DE PETIÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU	136

4. O DIREITO DE DIRIGIR-SE AO PROVEDOR DE JUSTIÇA	137
5. O DIREITO DE DIRIGIR-SE A INSTITUIÇÕES EUROPEIAS.....	137
6. O DIREITO DE ACEDER AOS DOCUMENTOS DAS AUTORIDADES COMUNITÁRIAS	138
7. A PROTECÇÃO DO CIDADÃO DA UNIÃO FORA DO ESPAÇO COMUNITÁRIO.....	139
CAPÍTULO III - TRATADO DE AMESTERDÃO E CIDADANIA – AVANÇOS E OBSTÁCULOS.....	141
1. AVANÇOS	143
2. OBSTÁCULOS.....	144
CONCLUSÃO.....	148
BIBLIOGRAFIA	158
ANEXO I – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NACIONALIDADE EM PAÍSES DA UE, EM MILHARES, EM 1996 (*).	I
ANEXO 2 – SÍNTESE DE ALGUMAS PROPOSTAS DA COMISSÃO EUROPEIA PARA A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA NA UE	VII

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – REGISTOS DE IMIGRAÇÃO NOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO, 1815-1930	26
QUADRO 2 - REGISTOS DE EMIGRAÇÃO DE PAÍSES EUROPEUS, 1815-1930.....	27
QUADRO 3 - EMIGRAÇÃO ALÉM MAR – PAÍSES EUROPEUS; 1851-1930.....	28
QUADRO 4 - PRINCIPAIS COMUNIDADES IMIGRANTES ESTABELECIDAS EM FRANÇA, 1881-1946.....	30
QUADRO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA (PRE) NA EUROPA OCIDENTAL (EM MILHARES E PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL), 1950-1991/92	31
QUADRO 6 - RESIDENTES ESTRANGEIROS E NACIONAIS COMUNITÁRIOS NOS PAÍSES DA UE, POPULAÇÃO TOTAL E ACTIVA, 1996.....	34
QUADRO 7 - EXEMPLOS DE CONCORDÂNCIA ENTRE OS ARTIGOS DA CONVENÇÃO DE DUBLIN E DA CONVENÇÃO DE APLICAÇÃO DE SCHENGEN:.....	72
QUADRO 8 - A NACIONALIDADE NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.....	122
QUADRO 9 - AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE NOS PAÍSES DA UE – 1987-1996.....	126

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Luís Pais (1995), "A Liberdade de Circulação e a Segurança Interna", in Álvaro Vasconcelos (coord.), *Portugal no Centro da Europa*, Lisboa: Quetzal Editores, 107-128.
- ATXOTEGUI, Joseba (1995), "Migrar – Duelo y Dolor", in *El Viejo Topo*, nº. 90, Nov., 32-38.
- BAGANHA, Maria I. (1991), "Recensão Crítica a David Higgs", (edit) Portuguese Migration in Global Perspective, *Análise Social*, Vol. 26, nº. 111, 443-449.
- BAGANHA, Maria I., PEIXOTO, João (1996), "O Estudo das Migrações Nacionais: Ponto de Intersecção Disciplinar", in AAVV, *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras: Celta Editora, 233-239.
- BAGANHA, Maria I. (ed.) (1997), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras: Celta Editora.
- BAINES, Dudley (1995), *Emigration From Europe, 1815-1930*, Cambridge: University Press.
- BALDWIN-EDWARDS, Martin (1997), "The Emerging European Immigration Regime: Some Reflections on Implications for Southern Europe", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 35, Nº. 4, Dez., 497-519.
- BAUBÖCK, Rainer (1992), *Immigration and the Boundaries of Citizenship*, Center for Research in Ethnic Relations, University of Warwick.
- BÖHNING, W. R. (1982), "The State, Borders and Immigration", in *Studies in International Labour Migration*, Londres: Macmillan, 29-46.
- BONNEFOI, S. (1997), *Europe et Sécurité Intérieure*, Delmas.
- BRETELL, Caroline (1978), *Já chorei muitas lágrimas*, "Série de Investigação" nº. 7, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

- BUNYAN, Tony et al., *Intergovernmental Co-operation on Immigration and Asylum*, Churches Commission For Migrants in Europe, CCME Briefing Paper nº. 19.
- CAMPOS, João Mota de (1991), *Direito Comunitário*, III Volume, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CAMPOS, João Mota de (1995), *Direito Comunitário*, I Volume, 7ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CAMPOS, João Mota de, PEREIRA, António Pinto (1998), *Tratado de Amsterdão*, Lisboa: Editora Rei dos Livros.
- CHOCQUET, Christian (1998), "Le Système d'Information Schengen: Un Double Défi", *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, nº. 418 – Maio, 294-298.
- CLARK, W.A.V. (1986), "Human Migration", *Scientific Geography Series*, Vol. 7, Califórnia: SAGE Publications.
- CLERCQ, Willy de (1998), "La Citoyenneté de l'Union Européenne: ou en sommes nous vraiment?", *Europa – Novas Fronteiras*, nº. 4, Dezembro 98, Lisboa: Edição do Centro de Informação Jacques Delors.
- COHN-BENDIT, Danil (1993), "L'Europe et ses frontières – Plaidoyer en faveur d'une politique commune de l'immigration", in The Philip Morris Institute, *Vers une Politique Européenne de l'Immigration*, 22-31.
- COMISSÃO EUROPEIA (1988), *Europe des Citoyens*, Comunicação da Comissão, Boletim das CE – Suplemento 2/88.
- COMISSÃO EUROPEIA (1994), *Políticas de Imigração e Asilo*, Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, COM 1994, 23 final, Bruxelas, 24/02/1994.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Tableau de Bord pour l'Examen des Progrès Réalisés en vue de la Création d'un Espace "de Liberté, de Sécurité et de Justice" dans l'Union Européenne*, Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, COM 2000, 167 final, Bruxelas, 24/03/2000

- Conselho Económico e Social (1995), *Portugal, a Europa e as Migrações*, Lisboa.
- COVAS, António (1997), *A União Europeia – Do Tratado de Amesterdão a um Projecto de Carta Constituinte para o Século XXI*, Oeiras: Celta Editora.
- DE JONG, Cornelius (1995), "Towards a European Immigration Policy Under the Treaty on European Union", *Towards a European Immigration Policy*, European Interuniversity Press and College of Europe, 45-58.
- DOLLAT, Patrick (1998), *Libre Circulation des Personnes et Citoyenneté Européenne: enjeux et perspectives*, Bruxelles: Bruylant.
- EATON, Martin (1996), "Résidents Etrangers et Immigrés en Situation Irrégulière au Portugal", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol.12, Nº. 1.
- ERSBOLL, Eva (1999), "Le droit de la nationalité en Scandinavie: Danemark, Finlande et Suède", in Weil e Hansen (dir.), *Nationalité et Citoyenneté en Europe*, Paris: La Découverte, 239-262.
- ERTAN, Nazlan (1998-a), "Fighting over fortress Europe", *Europ – Hors Série*, nº. 6 – Maio , 42-44.
- ERTAN, Nazlan (1998-b), "New Members, new Borders", *Europ – Hors Série*, nº. 6 – Maio, 43.
- EUROSTAT (1995), *A Europa em Números*, Luxemburgo.
- EUROSTAT (1997), *Statistiques Démographiques 1997*, Luxemburgo.
- EUROSTAT (1999), *Annuaire 98/99 – Vue statistique sur l'Europe, Donées 1987-1997*, Luxemburgo.
- EXPRESSO (2000), *O Fardo Comum dos Quinze*, 12/02/2000, 28.
- FASSMANN, Heinz, MÜNZ, Rainer (1994), "Patterns and Trends of International Migration in Western Europe", in *European Migration in the Late Twentieth Century*, Edward Elgar Publishing, 3-33.
- FERNANDES, José Manuel (2000), "O desafio mais difícil", *Público*, 20/06/2000, 3.

- FONTAINE, Pascal (1995), *A União Europeia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- GEDDES, Andrew (1998), "Breaching Fortress Europe? An Institutional Approach to Analysis of Migrant Interest Representation at EU Level", in European Forum, *International Migrations: Geography, Politics and Culture in Europe and Beyond*, Seminar Paper MIG/12, European University Institute.
- GEDDES, Andrew (2000), *Immigration and European Integration – Towards fortress Europe?*, European Policy Research Unit Series, New York: Manchester University Press.
- GIALDINO, Carlo Curti (1998), "Schengen et le Troisième pilier: le Contrôle Juridictionnel Organisé par le Traité d'Amsterdam", *Revue du Marché Unique Européen*, 2/98, 89-124.
- GIDDENS, Anthony (2000), *O Mundo na era da globalização*, Lisboa: Editorial Presença.
- GORDON, Paul (1989), *Fortress Europe? – The Meaning of 1992*, The Runnymede Trust, London.
- GUILD, Elspeth (1996), *The Developing Immigration and Asylum Policies of the European Union*, London: The Hague: Kluwer Law International.
- GRIGG, D.B. (1977), "E.G. Ravenstein and the "laws of migration"" , in *Journal of Historical Geography*, 3, 1, 41-54.
- KING, Russel et al (2000), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres: Macmillan Press Ltd.,
- KRISHAN, P., ODYNAK, D (1987), "A Generalization of Petersen's Typology of Migration", in *International Migration Review*, Vol. XXI, nº. 4 – Dez, 385-397.
- JACKSON, John A (1991), *Migrações*, Lisboa: Escher.
- LAHAV, Gallya (1997), "Ideological and Party Constraints on Immigration Attitudes in Europe", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 35, Nº. 3 – Setembro, 377-406.

- LEE, Everett S. (1969), "A Theory of Migration", in Jackson, J.A. (ed.), *Migration*, Cambridge: University Press, 282-297.
- MAGALHÃES, José (1992), "Schengencracia? Atribuições, Competências e Poderes do Comité Executivo Schengen", *Legislação* nº. 4/5 Abril-Dezembro.
- MARIE, Claude-Valentin (1996), "L'Union Européenne face aux déplacements de population. Logiques d'Etat face aux droits des personnes", *REMI*, Vol XXXIII, nº. 122 – Junho, 169-209.
- MARINHO, Luís (1992), "A Convenção de Schengen", *Expresso*, 15/02/92.
- MARTÍN, Araceli Mangas, NOGUERAS, Diego J. L. (1999), *Instituciones y Derecho de la Unión Europea*, Madrid: MacGraw Hill.
- MASSEY, Douglas S. (1990), "The Social and Economic Origins of Immigration", *ANNALS, AAPSS*, 510 – Julho, 60-72.
- MASSEY, Douglas S., et al (1993), "Theories of International Migration: a Review and Appraisal", *Population and Development Review* 19, nº 3 – Setembro, 431-466.
- MATTERA, A. (1998), "Civis europaeus sum – Citoyenneté européenne, droit de circulation et de séjour, applicabilité directe de l'article 8-A du traité CE", *Revue du Marché Unique Européen*, 3/98, 5-28.
- MCNEILL, William H. (1984), "Human Migration in Historical Perspective", *Population and Development Review* 10, nº1 – Março, 1-18.
- MOROKVASIC, Mirjana, RUDOLPH, Hedwig (1996), *Migrants – Les Nouvelles Mobilités en Europe*, Paris: Editions L'Harmattan.
- MOURA, José Barros (1999), *Cidadania Europeia – Uma Construção Racional*, Lisboa: Gradiva Publicações.
- NOIRIEL, Gérard (1995), "Italians and Poles in France, 1880-1945, in Robin Cohen (ed.), Robin Cohen (ed.) *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge: University Press, 142-144.
- OCDE (1998), *Tendances des Migrations Internationales – Rapport Annuel*, Paris: SOPEMI.

- OGATA, Sadako, et al. (1993), *Vers une Politique Européenne de L'Immigration*, The Philip Morris Institute For Public Policy Research, 6-20.
- OGDEN, Philip E. (1995), "Labour Migration to France", in Robin Cohen (ed.), *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge: University Press, 289-296.
- O'KEEFFE, David (1995), "Reflections on a European Policy", *Towards a European Immigration Policy*, European Interuniversity Press and College of Europe, 19-32.
- PEIXOTO, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Vol I, Lisboa.
- PÉREZ, Pilar Juárez (1998), *Nacionalidad Estatal y Ciudadanía Europea*. Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A., Madrid.
- PETERSEN, William (1958), "A General Typology of Migration", *American Sociological Review*, nº. 23, 256-266.
- PETITE, M. (1997), "Le Traité d'Amsterdam: ambition et réalisme". *Revue du Marché Unique Européen* nº. 3.
- PLENDER, Richard, "Asylum Policy: Deficits of Intergovernmental Cooperation", in Bieber, Roland e Monar, Joerg (eds), *Justice and Home Affairs in the European Union*, College of Europe, 141-165.
- PNUD (1999), *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*, Lisboa: Trinova Editora.
- Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça e Ministério dos Negócios Estrangeiros (nota informativa) (1995), "Acordos de Schengen: Liberdade de circulação com mais segurança", *Público* 12/07/95, 9.
- PÚBLICO (1995), *Acordos de Schengen: Liberdade de Circulação com mais Segurança*, 12/07/95, 9.
- PÚBLICO (2000), *Na Pele de um Clandestino*, 28/06/2000, 28.

- ROCHA, João Manuel (2000), "O Tempo das Escolhas Difíceis", *Público*, 22/03/2000, 28.
- ROSSETTO, Jean (1994), "La Convention de Schengen: Controverses et Incertitudes Françaises sur le Droit d'Asile", *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, nº. 378 – Maio, 315-323.
- ROZAKIS, Christos L. (1999), "Le droit de la nationalité en Grèce" in Weil e Hansen (dir.), *Nationalité et Citoyenneté en Europe*, Paris: La Découverte, 177-198.
- SCHNAPPER, Dominique (1992), *L'Europe des Immigrés*, Paris: Éditions François Bourin.
- SOYSAL, Yasemin Nuhoglu (1994), *Limits of Citizenship – Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: The University of Chicago Press.
- STÉFANINI, Patrick, DOUBLET, Frédérique (1991), "Le Droit d'Asile en Europe: La Convention Relative à la Détermination de l'État Responsable de l'Examen d'une Demande d'Asile Présentée auprès d'un État Membre des Communautés Européennes", *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, nº. 347 – Maio, 391-399.
- TAPINOS, George (1994), *L'Intégration Économique Régionale, ses effets sur l'emploi et les migrations*, OCDE/GD (93)94.
- THRÄNHARDT, Dietrich (1995), "Allemagne: L'intégration sécentralisée", in Catherine Withol de Wenden, *L'Europe et ses Migrations*, Editions Complexe.
- UNITED FOR INTERCULTURAL ACTION (2000), *Death by Policy – The fatal realities of "Fortress Europe": more than 2000 deaths*, Information Leaflet nº. 14, Postbus 413, NL1000 AK Amsterdam – <http://www.united.non-profit.nl/>
- VIDAL, José Marques (1997), *Os Tratados Comunitários e o Acordo e Convenção de Schengen – Génese e Correlação*, Lisboa: Gabinete de Comparação e Direito Comparado.

WEIL, Patrick, HANSEN, Randall (1999), *Nationalité et Citoyenneté en Europe*. Paris: La Découverte.

WENDEN, Catherine Withol de (1993), "Flux Migratoires et Politiques d'Immigration Européennes", *Européens et Maghrébins – Une Solidarité Obligée*, Éditions Karthala, 65-87.

WENDEN, Catherine Withol de, et al. (1995), *L'Europe et ses Migrations*. Editions Complexe.

ZOLBERG, Aristide R. (1981), "International Migrations in Political Perspective", in M. Kritz, et al. (ed.) *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Staten Island: Center for Migration Studies, 15-51.

ZOLBERG, Aristide R. (1989), "The Next Waves: Migration Theory for a Changing World", *International Migration Review*, XXIII (3), Fall, 403-430.

ZOLBERG, Aristide R. (1994), "Un reflet du Monde: les migrations internationales en perspective historique", in Bertrand Badie e Catherine W. de Wendén (dir.) *Le Défi Migratoire, Questions de Relations Internationales*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 41-57.

Bibliografia Auxiliar

COMUNIDADES EUROPEIAS (1995), *União Europeia – Compilação dos Tratados*, Tomo I – Volume I, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMUNIDADES EUROPEIAS (1995), *União Europeia – Compilação dos Tratados*, Tomo I – Volume II, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

VILAÇA, José Luís, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (1998), *Tratado de Amesterdão*, Coimbra: Livraria Almedina.